

Descentralización educativa y desarrollo en el estado de Oaxaca

Educational decentralization and development in the state of Oaxaca

Descentralização da educação e do desenvolvimento no estado de Oaxaca

Ana Luz Ramos Soto

Facultad de Contaduría y Administración (FCA), Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, México
analuz_606@yahoo.com.mx

Pedro Jacobo Castellanos Torres

Facultad de Contaduría y Administración (FCA), Universidad Autónoma "Benito Juárez" de Oaxaca, México
pejacato8@hotmail.com

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar si la descentralización de la educación básica ha sido un medio para disminuir la marginación y las desigualdades educativas en el estado de Oaxaca. La discusión teórica permitió establecer con precisión los conceptos de descentralización, ya que con regularidad se pretende explicarla de la misma manera a pesar de las diferencias. En cuanto a la marginación, esta se explica como la ausencia de desarrollo económico en los grupos o pueblos que independientemente de haber generado riqueza quedan al margen de ella. El análisis descriptivo en el periodo 1990-2005 mostró incrementos en los índices de escolaridad y eficiencia terminal, y una disminución en los de reprobación, deserción y analfabetismo. Estos cambios no tuvieron mayor trascendencia pues la brecha de las desigualdades se amplió al ser solamente los municipios conurbados de la capital de Oaxaca los que lograron mejorar sensiblemente. En cuanto a los cambios en la marginación, estos fueron desfavorables en todos los ámbitos, ya que aumentó más el porcentaje de los municipios que viven en marginación en comparación con aquellos donde disminuyó. Lo anterior indica que la educación por sí sola no puede reducir la marginación y las desigualdades educativas, pues estas tienen que ver sobre todo con factores económicos.

Palabras clave: descentralización, educación, desarrollo.

Abstract

This study aims to analyze whether the decentralization of basic education has been a means to reduce marginalization and educational inequalities in the State of Oaxaca.

The theoretical discussion allowed to establish accurately the elements forming the deconcentration and decentralization, since regularity is intended to explain in the same way, despite their differences. How can be explained in terms of marginalization, the absence of economic development of those groups or peoples that regardless of have generated wealth is apart of it. The descriptive analysis in the 1990-2005 period showed increases in the average level of schooling and terminal efficiency indices, and a decrease in reproach, drop-out and illiteracy rates. These changes did not have greater significance, since inequality gap widened, therefore those who managed to improve significantly were the municipalities bordering the capital of Oaxaca. In terms of changes in the marginalization were unfavourable in all areas, since the percentage of municipalities which increases their marginalization with respect to that decrease it is greater. The foregoing indicates that education alone will not be able to reduce marginalization and educational inequalities are therefore more due to economic factors.

Key words: decentralization, education, development.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar se a descentralização da educação básica tem sido um meio para reduzir as desigualdades educacionais e marginalização no estado de Oaxaca. A discussão teórica permitiu estabelecer com precisão os conceitos de descentralização, com a regularidade é explicar da mesma maneira, apesar das diferenças. Quanto à marginalização, isto é explicado como a ausência de desenvolvimento económico em grupos ou aldeias que têm gerado independentemente da riqueza permanecem fora dela. A análise descritiva no período 1990-2005 mostrou aumentos nas taxas de matrícula escolar e as taxas de conclusão, e uma diminuição da reprovação, abandono e analfabetismo. Estas mudanças não tinha maior importância como a diferença aumentou as desigualdades de ser apenas os municípios vizinhos da capital de Oaxaca que foram capazes de melhorar significativamente. Quanto às mudanças na marginalização, estes foram desfavoráveis em todas as áreas, desde então, aumentou mais do que o percentual de municípios que vivem em marginalizados em comparação com aqueles onde caiu. Isto

sugere que a educação por si só não pode reduzir a marginalização e desigualdades educacionais, uma vez que estes têm a ver principalmente com fatores econômicos.

Palavras-chave: descentralização, educação, desenvolvimento.

Fecha recepción: Enero 2016

Fecha aceptación: Julio 2016

Introdução

Esta pesquisa faz uma análise dos indicadores de educação de nível básico, a população total e descentralização educativa a nível municipal, no estado de Oaxaca, quando as relações destes com o desenvolvimento, bem como possíveis mudanças no período de estudo (1990-2005).

Ele pergunta se uma vez que a administração descentralizada (1992) foi implementado municípios melhoradas, retidos ou reduziram seus níveis de marginalização. Isso envolve a implantação de um modelo para demonstrar se os municípios com maior escolaridade média, nível de educação, eficiência terminal, população total e descentralização são aqueles com menores taxas de marginalização ou, inversamente, se os municípios mais reprovação, abandono e analfabetismo são aqueles com as maiores taxas de marginalização. O objectivo geral é detectar se a descentralização da educação tem sido um meio decisivo para reduzir a exclusão e as desigualdades educacionais nos 570 municípios do estado de Oaxaca ou, inversamente, os desequilíbrios de ensino e baixos níveis de desenvolvimento se persistirem.

Portanto, o trabalho foi dividido em três partes, a primeira do quadro descrito no segundo é a metodologia utilizada e descreve o modelo e pesquisa hipótese: "Educação descentralização não tem sido um instrumento decisivo na redução da exclusão e das desigualdades educacionais em municípios do estado de Oaxaca, devido à persistência do centralismo "e, finalmente, a terceira parte apresenta as conclusões e recomendações.

Ponto de referência

Na década de oitenta, o México teve de enfrentar o enfraquecimento do Estado social, as exigências da globalização, questionando o Estado-nação, o enfraquecimento da legitimidade do Estado, a crise social, a procura de uma maior e melhor distribuição gastos, o início de auto-gestão social e auto reformas do Estado; também teve que enfrentar o esgotamento do modelo de desenvolvimento em que se baseou para estruturar sua economia há décadas. Durante este período, eventos e mudanças que levaram a uma restauração da ordem mundial construída, por isso, alguns consideram a assistir a uma nova era. Economicamente, essas mudanças, como resultado dos novos tempos, chumbo suportará dois sentidos: por um lado, a racionalidade e papel estado reduzido na economia e, em segundo lugar, a redefinição das relações entre as economias nacional e ao mercado em favor de uma maior integração, através da configuração dos blocos diferentes.

Neste contexto, a educação torna-se importante como central para a resolução dos problemas acima e alcançar o desenvolvimento muito desejado do país, mas a utilidade da educação, sujeita-o às necessidades económicas, é negativamente, uma vez que não pode esperar a economia melhorar a educação se isso não acontecer. Na agenda do governo como parte da modernização do país, o governo reconhece a necessidade de prestar atenção à organização educacional e escola que treina cidadãos e futuros trabalhadores. Assim, a questão da descentralização da educação aparece, então surge a pergunta: Por que e o que a educação foi descentralizada no México, quais são os argumentos a favor da descentralização da educação, Que fatores limitam a descentralização da educação?, o que é a estrutura que opera a descentralização da educação?, quais são os objetivos da descentralização são?, o que avanços ou retrocessos de descentralização são?, qual é o papel do estado na descentralização?, o que é o projeto que apoia a descentralização?, qual é a centralização e descentralização?, o que é desenvolvimento econômico?, foi avaliada a descentralização da educação?

A crise da educação foi percebida por muitos países, pelo menos desde a segunda metade da década dos anos sessenta, como um fenômeno particular em cada país, embora na realidade não era. Foi Coombs (1971) que propôs que a educação era uma crise global e, portanto, estendida a todos os níveis de ensino. A partir daquele momento não era mais fácil reconhecer que os problemas só obedeceu aprendizagem, de modo que o quadro de análise e resoluções a nível institucional foi incluído, porque, embora os problemas surgiram na sala de aula, estas correspondem a uma lógica o desempenho da estrutura da organização como um todo.

A este respeito, Coombs apressado não só o conhecimento de uma verdadeira crise mundial na educação, mas também tornou-se obsoleto, abruptamente, as formas anteriores de ver a educação e diagnóstico de avaliação. O sistema educacional deixou de ser visto como uma soma aritmética das partes individuais, e começou a ser visto como um verdadeiro sistema em que cada parte emite seus próprios sinais, que representam o desempenho do todo. Por outro lado, os diagnósticos, que eram uma avaliação puramente quantitativa dos pontos fortes e fracos de cada sistema, tornou-se produtos parciais em que claramente a falta de uma descrição mais qualitativa na ordem de funcionamento institucional apreciado.

A crise da educação foi revelado como irônico que apareceu na época tinha mais demanda, em um contexto de expansão generalizada do conhecimento. Mas, apesar de que a educação é o meio mais adequado para a criação e transmissão de conhecimento, ele tinha deficiências graves para resolver sua dinâmica interna, não só na área da investigação, mas também no ensino.

Em muitos países, especialmente os latinos, a crise educacional é devido à complexidade administrativa que tem a ver com o modelo estrutural organizacional tem sido assumido. A nível fenomenal, a estrutura vertical é piramidal. Há no topo um ministro, secretário ou reitor, conforme o caso. Os níveis de decisão estratégica tomada a nível central, enquanto as decisões táticas e operacionais são feitas ao nível da gestão intermédia. A estrutura tem uma variedade de subestruturas de funções e actividades especializadas. nacional, regional e local com os diretores em cada uma das subestruturas instâncias. A organização tem um conjunto de regras de funcionamento que todos devem seguir; em organizações que tentam delegado, mas sobre tarefas e responsabilidades, não em termos de decisões.

O México é um país federal, de modo caracterizado, em termos de política e concentração de recursos, sendo também altamente centralizado, que remonta à sua formação como uma nação; se alguma coisa está lá para corresponder sendo uma república federal, do México para o seu desenvolvimento historicamente tem usado a concentração de ações públicas. A educação pública ao longo da história tem sido visto como o meio pelo qual o funcionamento de um sistema democrático, bem como um recurso para dissipar as desigualdades sociais. Por essa razão, ele recorreu à prática centralista. A consolidação da centralização do sistema de ensino remonta à própria criação do Ministério da Educação em 1921. Ele argumentou operações de concentrado por causa da necessidade de promover a unidade nacional e evitar uma triunfante revolução mexicana fragmentada; Ela enfatiza a respeito demonstrado aos Estados membros da federação e municípios, mas também a

incapacidade destes para manter e desenvolver a educação em suas regiões devido à falta de recursos financeiros. Isso também pode ser um hábito político e administrativo dos Estados membros de uma federação ou mesmo províncias. Isso quase sempre vem um nacionalismo certo, patente ou dissimulada promovidos ou autorizados parte do poder exercido essa centralização. Como outros sistemas de ensino, a centralização expandida. Mas, ao contrário do que era esperado, dada a sua configuração piramidal, houve um afastamento das fundações, de modo que as decisões que foram tomadas não têm nada a ver com a realidade educacional.

Juan Prawda (1985) considera a história do centralismo foi devido a circunstâncias históricas, ou seja, a perda de mais de metade do território nacional na guerra 1848, com os Estados Unidos, a intervenção francesa ea guerra da reforma, entre outros, o que levou a federação para reforçar a centralização, através, económica e administrativa, principalmente, em um esforço para garantir que as decisões de política unidade nacional. Além de isso, ele afirma que, devido ao "modelo de crescimento económico", adotada pelas administrações anteriores à Segunda Guerra Mundial, a industrialização do país foi favorecido, mas também resultou na concentração de riqueza, poder e os lucros em grande áreas do país, especialmente a capital da República.

Devido ao modelo centralizado que tinha de ser adotado, a expansão quantitativa de serviços educacionais não são desenvolvidas nos níveis de eficiência e qualidade exigida; problemas educacionais se tornaram maiores e mais complicada cada vez, ao ponto de se tornar incontrolável a nível central. Além disso, as oportunidades educacionais permanecem desiguais e discriminatórios.

No modelo de centralização de ensino, organização da educação é do governo central.

O conceito de autoridade centralizada significa focar em uma autoridade central (vértice), que toma decisões sobre uma vasta gama de questões, e deixa a sua execução a rotina de perto programada nas mãos dos níveis mais baixos da organização. Assim, no que diz respeito à educação, um ministério pode tomar decisões muito detalhadas sobre metas e objetivos, estrutura e localização de atribuições (J. Lauglo, 1996).

Muitas vezes, nos sistemas educativos centralizados, ministérios orgânicos nas unidades de nível local, a função é reduzido para implementar e monitorar as decisões do sistema central são realizadas. Neste modelo educacional, as autoridades locais e regionais não têm competência na educação.

Além disso, o centralismo gerado excessiva concentração de funções e decisões no SEP e do enorme aparato burocrático que a duplicação de funções era ineficiente e pobres, para não mencionar que, embora houvesse comunicação com secretarias estaduais, isso causou nos Estados multiplicação de funções e esforços que podem ter sido utilizados para melhorar os métodos de ensino. Outro efeito de centralização é um crescimento urbano acelerado visto no êxodo de áreas pobres ou marginalizados áreas para mais desenvolvidos; este fenómeno concentrada na população e os maiores benefícios, incentivando um efeito de feedback das actividades económicas nestes centros e em um efeito inibitório paralelo em áreas de êxodo. A concentração da atividade econômica gera um substrato para instituições políticas e sociais e fortalece o poder de barganha da região em nível estadual e nacional, e que complementa e reforça a centralização caixa aparece hoje.

O governo federal entendeu que as vantagens do controle político que representou o centralismo tinha terminado, de modo que, no âmbito da reforma administrativa para transformar a estrutura da administração pública, a desconcentração começa. O SEP formulou um projeto para a criação de nove unidades regionais descentralizadas de serviços administrativos, que cobriam quatro regiões do país; subunidades, também foram estabelecidas em cada um dos estados mexicanos respondem a uma unidade regional. Estas primeiras tentativas destinadas a coordenar os serviços educacionais federais e estaduais em diferentes estados; e aparece pela primeira vez a abordagem da necessidade de resolver os problemas educacionais em nível local e tomada de decisão. Na prática, a dependência directa destas unidades de SEP não se concretizou a não ser delegadas competências de decisão, uma vez que tais operações, em 1978, ele tinha desaparecido. O processo de descentralização continuou de 1978 com uma estratégia que "descentralização administrativa" foi chamado e que era apenas uma desconcentração.

É necessário clarificar a diferença na descentralização conceito do ponto de vista da lei administrativa mexicana, declarando que esta é delegada a corrente e para as funções de um superior para um nível inferior, a qual está associada com o conceito de autonomia para decisão decisões sobre questões importantes. No segundo sentido, a desconcentração refere-se à representatividade da autoridade central em uma região ou município.

Durante este período, também ele usa a delegação prazo, cujo papel se concentra em pequenas unidades, mas com muito região marcada por uma unidade central, que também foi o caso que prevaleceu durante esta limites de época. Nisso, ele pode ser considerado o início da transição de um modelo centralizado para um sistema de educação descentralizado. De acordo com os motoristas, a desconcentração visava melhorar a qualidade da educação de acordo com as necessidades das regiões, sem abdicar do caráter nacional. eficiência do sistema de educação também é procurado por racionalização dos recursos humanos e financeiros, e expandir a cobertura e regiões em desenvolvimento dos estados.

A abordagem é a descentralização é entre os anos de 1983-1988 e é refletida no discurso político que busca resgatar a essência de um sistema federal e uma educação descentralizada como um meio de democratizar a vida política e social do país, como como previsto no Plano de Desenvolvimento presidência de Miguel de la Madrid Hurtado: "a descentralização educativa será instrumento crucial na redução e eventual eliminação das desigualdades persistentes entre as regiões e os seres humanos. Assim, fortalece o federalismo e desenvolvimento regional será encorajado. " Um dos primeiros passos, o resultado de expressão permite uma modificação dos regulamentos para o SEP para abrir caminho para a criação das Unidades de Serviço de Educação para descentralizar, que visa a indução participação da comunidade que poderiam dar origem a desenvolvimento regional e cultural.

No mês de Maio de 1992 e a assinatura do Acordo Nacional para a Modernização da Educação Básica, a descentralização como uma estratégia global e estreitamente relacionada com os programas socioeconômicos e culturais que transformam e desenvolver o sistema de educação nacional surge. Este fato indica que qualquer tentativa de fazer a descentralização deve ser acompanhado por um mecanismo e programas estratégicos para evitar o aumento das desigualdades entre estados e municípios no México.

Com o Acordo Nacional para a Modernização da Educação Básica (assinado na Cidade do México em 18 de maio de 1992, e promulgada a 23 de maio de 1992), certamente o ponto de partida para a transformação atual da educação no país a reforma do artigo 3. Constituição e da Lei Geral da educação, onde a estrutura legal do ensino se baseia: muda conforme gerado. reforma curricular prioriza novos conteúdos e mudanças na metodologia de ensino para a educação básica, formação de professores melhorada, de inicial para permanente e um conjunto em diferentes níveis da educação básica. Avanços na educação durante a década dos anos noventa foram incentivados pelos compromissos que o México

adquiridos, como a maioria dos países latino-americanos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, Março de 1990. Os acordos alcançados durante as conferências, apesar das críticas de que especialistas na área feitos os conceitos de "qualidade" e "eficiência" influenciou significativamente o projeto de modernização educacional do país, bem como aderir a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1994, uma situação que forçou o governo mexicano para elevar os objectivos da política de modernização. Nesse sentido, a necessidade de um Estado menos centralizado repensa; portanto, a descentralização surge como uma alternativa que pode ajudar a superar a crise.

O acordo nacional para a modernização do ensino básico foi assinado no contexto da revisão e reforma do sistema de ensino e tomou conta algumas das recomendações das organizações internacionais (OCDE) feitas sobre ele.

Este documento é um instrumento político-administrativa proposta para modernizar a educação pública no país. Para isso, o acordo estabelece uma nova política de educação, cuja estratégia principal é a descentralização do sistema de ensino.

A descentralização como uma prioridade na modernização do ensino, sugere que é vital para resolver os problemas estruturais do sistema de ensino em primeiro lugar. Se estes problemas não forem resolvidos, melhorar outros aspectos da educação não se justifica; o sistema centralista manifesta graves problemas estruturais que dificultam a melhoria da qualidade educacional.

A implementação da descentralização da educação também foi definida como um processo que visa melhorar a equidade educacional e criar melhores condições para a sociedade. Isto significava transferir responsabilidades do nível central para contextos locais, iniciam formulários de avaliação, onde as próprias escolas assumem a responsabilidade pelos resultados.

Uma característica que a descentralização implica, é a ideia de aumentar a autonomia de administração, colocar suas mãos em decisões sobre os processos de educação, o controle sobre as entradas e organização interna.

descentralização da educação também é entendida como um processo de longo prazo. É principalmente o desafio de se adaptar às exigências contextuais; Há tradições e costumes que dificultam sua implementação.

nova aprendizagem às estruturas perfeitas, processos e metodologias que têm um impacto positivo na melhoria da qualidade educacional em resposta às necessidades colocadas pela sociedade e os indivíduos que compõem necessários.

É importante enfatizar os impactos que a descentralização politicamente motivadas e políticos. Ele também tem requisitos políticos. Sem condições políticas adequadas e sem uma visão compartilhada entre os diferentes centros de poder, a descentralização da educação não pode ter sucesso. Ignorar a política é uma receita para o fracasso. Daí a importância de se chegar a acordos sobre critérios regulamentares para a descentralização. Portanto, Librado (2003) menciona que "o acordo nacional para a modernização do ensino básico constitui um acontecimento na história recente do sistema educativo mexicano. Si e seus efeitos sobre o país e os estados, tornou-se um ponto de referência para compreender a evolução da educação básica no México. O design, implementação e avaliação de reforma educacional nos últimos dez anos não pode ser compreendido se o acordo de 1992 é minimizado. Da mesma forma, o presente eo futuro imediato não podem ser resolvidos de forma eficaz se os sucessos fundamentais são ignorados o processo de descentralização e reorganização que é gerado em sistemas educacionais estaduais".

A descentralização é uma das ferramentas de caráter administrativo e político são tidos em conta para tentar atingir os níveis de eficiência e qualidade, e não apenas em tarefas educativas, mas em todos os níveis da vida administrativa de um Estado. Com a adição da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), no próprio México não só comuns, mas projeto saídas, através da adoção de "sistemas educacionais abertos" para a avaliação e intercâmbio.

Com este quadro foi proposto como as "revisões das políticas nacionais de educação" foram iniciadas pela OCDE, que levaram para o progresso no reconhecimento de realidades educacionais a nível regional. Nestas recomendações testes para resolver alguns dos problemas detectados em cada sistema educativo regional, nacional ou mesmo ter sido objecto de críticas por parte de alguns setores que argumentam que essa cadeia de dependência é reforçada na educação sobre incluem o dita desses corpos estranhos.

Depois de realizar alguns testes da OCDE para o sistema de ensino mexicana, os resultados foram publicados e, finalmente, uma série de ações que a partir de seu ponto de vista permitiria o sistema de ensino fora de seu estado crítico sugeriu. Um primeiro aspecto destacado é o fato de que não há o ajuste das saídas são propostas, mas estas são feitas por nível.

Nas recomendações feitas pela OCDE deve ser enfatizado que se relacionam com os termos usados por muitas décadas em matéria de educação, tais como documentação: equidade, relevância e qualidade; no entanto, eles referem-se a uma interpretação que não parece em nada com a interpretação tradicional. Isto, por um lado, é um ponto que deve ser

levado em conta, uma vez que não está a falar exactamente os mesmos símbolos de ensino que foram cunhadas no México. E duplicação de funções, a variedade de tipos de serviço, níveis: descentralizada, centralizada e descentralizada, incongruência de conceitos, uma excessiva concentração de funções e decisões, o excesso de burocracia e má comunicação. Como outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos últimos anos, o governo do México tem se preocupado com a promoção de actividades de desenvolvimento económico e assumiu um papel mais activo na questão. Motivado por problemas económicos, portanto, as desigualdades entre os estados e a presença de desemprego agudo, em tal estágio começa a implementação do processo de descentralização, que "dar uma maior autonomia dos governos estaduais políticos e financeiros" com um visão de desenvolvimento económico em relação à descentralização educacional.

O processo de descentralização é de natureza centralizada porque o governo central é aquele que projeta, implementa e decide quando e em que medida a autoridade delegada. Como Guevara Niebla (1997) aponta, de acordo com informações recolhidas durante os seis anos 1982-1988 ", o processo de descentralização não só não avançado do que o esperado, mas de alguma forma caiu ou foi complicado."

A origem e o quadro em que a descentralização da educação surge, incluem os seguintes aspectos:

- A descentralização da administração da educação é frequentemente associada com os fenómenos de excesso de burocracia, lentidão dos procedimentos, as disparidades regionais no desenvolvimento educacional, ineficiência, atrofia da capacidade de capacidade e recursos e recursos do sistema.
- A centralização é visto como um obstáculo para generalizar o ensino básico e tornar a igualdade de oportunidades educacionais.
- Descentralização, no entanto, é considerada uma condição necessária para a implementação de mudanças profundas, para garantir a efetiva generalização da educação básica e uma maior igualdade de oportunidades educacionais.

Embora o contexto físico, socioeconómico e cultural varia de país para país, em toda a necessidade de estabelecer regras ou leis que regem o processo de descentralização é observado.

Por outro lado, as metas e objetivos da descentralização variam de um país para outro, dependendo do grau de progresso que alcançou o processo; mas vai observar partidas nas seguintes finalidades:

- A transferência de poderes de decisão administrativa ou delegar certas funções das unidades centrais ou regionais, estaduais ou locais;
- A realização efetiva universalização da educação;
- Aumentar a eficiência e qualidade dos serviços educacionais;
- Assegurar a democratização da educação, buscando estabelecer alternativas para alcançar a igualdade de oportunidades;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, através de desenvolvimento educacional regional mais equilibrado;
- Faça um melhor uso dos recursos locais e regionais;
- Incentivar os níveis regionais e locais, capacitação e atualização qualificados para apoiar o desenvolvimento da educação a esse pessoal níveis;
- Promover a colaboração intersetorial e participação de todos os interessados.

Enquanto isso, Guevara Niebla (1997a) argumenta que a descentralização visa os seguintes objectivos:

- Democratizar o país através de uma distribuição equitativa de oportunidades para a educação pública e desenvolver políticas compensatórias a setores desprotegidos.
- Reordenar e poderes educacionais da Federação, estados e municípios.
- Estabelecer critérios a partir do qual a sociedade civil irão participar na educação.
- Faça eficiente dos recursos disponíveis em diferentes níveis de governo, a fim de evitar desperdiçar o desenvolvimento da educação.
- Fortalecer a colaboração e coordenação entre os diferentes sectores da administração que se relacionam com a educação.
- Modernizar e modificar a estrutura e gestão do sistema de ensino.
- Basear o desenvolvimento do país na vinculação da educação com a economia eo aspecto sócio-cultural do contexto.
- Preservar a cultura de reconhecer a diversidade do mesmo e promover o seu desenvolvimento.
- Garantir o acesso à educação para os cidadãos de ampliar e diversificar a educação alternativa e

- Desenvolver alternativas no ensino secundário e superior e vinculá-lo aos processos económicos que exigem a nova realidade, e promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Mas para Martinez Assad e Alicia Ziccardi (1992) descentralização, devido à combinação de vários factores:

- Um grande número de burocratas do Ministério da Educação.
- A grande escassez de recursos
- O crescimento da população

Soma-se a isto deve ser adicionado a baixa qualidade, as desigualdades nos serviços prestados e a baixa eficiência do sistema, situação que levou o governo federal, por sua vez entender que as vantagens políticas do centralismo foram mais e que, longe de favor deles foram invertidos ; então eles optaram por descentralização antes de chegar a um colapso político.

política de educação tem mostrado uma tendência particular para o conflito. Poucas questões políticas causar tanta controvérsia como a educação, especialmente quando se trata de mudanças na política de educação. Apenas a tensão estabelecida em muitos países quando se trata de definir mudanças na política de educação, ou a educação da escola primária ao ensino superior, especialmente em nosso país onde se faz sentir a revisão magistério por manifestações em oposição a qualquer mudança, por isso, considera-se que a educação é um campo minado para qualquer projeto educativo e na sua movimentação muitos esforços são feitos sem alcançar os seus objectivos.

O conflito é uma constante no desenvolvimento da política educacional em muitos países e, especialmente, no México, onde ele tende a intensificar na implementação de reformas e mudanças estruturais (Weiler, 1985).

A prática de resolução de litígios por decreto demonstrou a sua ineficácia, uma vez que mais de resolver conflitos, como diz Weiler (1986), "gerar um efeito contrário, quanto maior a tenacidade com que posições diferentes e conflitantes sobre questões fundamentais defender política de educação, maior a probabilidade de que o exercício de controle central gerar força suficiente para ameaçar ainda mais a viabilidade do sistema político ".

Descentralização testou a capacidade do Estado para conter conflitos ou mover para a periferia. Basta mencionar o Ministério da Educação e da União Nacional de

Trabalhadores da Educação, como disse Carlos Ornelas (1998): "O esgotamento dos Pacto Empresarial entre o governo e o SNTE (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação) exigiu reformas; encontrar formas de resolver os conflitos com a dissidência magisterial ". Existe uma relação entre o Estado ea União Nacional de Trabalhadores da Educação, que, em princípio, foram os maiores opositores a descentralização da educação foi estabelecido, e eles viram nessa decisão uma perda de poder de controle sobre os sindicatos no dentro do país, alguns dos quais já foram sinais de desconforto para a política de educação em algum outro um foco de dissidência que ameaçava sua hegemonia no país como uma única união.

O caso mais extremo ocorreu em Oaxaca, onde mentores foram sentidos com manifestações contra a descentralização da educação em 1999, quando foi levantada no Plano de Desenvolvimento 1998-2004 o seguinte: para realizar uma descentralização das funções educativas municípios, reorganizar a administração e expandir a descentralização regional da gestão e tomada de decisão direta, delegar a parte autoridades municipais do planejamento e supervisão de infra-estrutura e prestação de serviços educacionais e de promover a reestruturação institucional e implementar mecanismos legais -administrativos. Eles continuam a receber os sistemas de educação influenciar em grande parte o modelo geral de organização do Estado e da sociedade (Estado Federal, Estado centralizado). Na verdade, além das diferenças e níveis de desenvolvimento dos países nacionais, a questão da descentralização aparece como uma chave para responder aos problemas enfrentados pelos funcionários públicos de fatores de educação. As razões ou justificação a este respeito são muitos e podem ser até extraordinário. Eles podem ser ideológico, financeiro ou político.

A questão da descentralização é mais complexa do que parece à primeira vista, porque muitos países que poderiam se apresentou inicialmente como centralizadas têm em formas fato da administração local, enquanto outros tradição de preferência regionalizada ou local tem forças substanciais empurrando para centralização (Fransesc, 1993).

Na verdade, o conceito de descentralização dos poderes de decisão e de gestão, como mencionado acima, ele já estava presente desde os anos oitenta, tanto o mundo dos negócios e em certos sectores gestores de serviços públicos. Como de costume, o sector da educação foi encontrado por trás dessa mudança em profundidade. A implementação envolveu uma série de dificuldades políticas e estratégias cada vez mais complexas, mas em última análise, o Estado decidiu finalmente redistribuir o poder entre o centro ea periferia em favor da eficácia das actividades de ensino, isso pode não ser apenas para a

partilha poder, mas sim reduzir os encargos económicos que caíram sobre os governos centrais.

A corrente crítica é feita ao governo central e do Estado, que decorre, principalmente, a partir de posições que suportam o novo liberalismo. Estes coincidem com o enfraquecimento do chamado estado de bem-estar, que é criticado por seu gigantismo e da burocracia, a eficácia da sua administração e o alto custo de. Ele também exerceu como a política, inspirados por interesses corporativos em vez de orientar as suas decisões com base na representação dos cidadãos a que se devem a sua lógica, lamenta. Há muitos que acreditam que a credibilidade do Estado está em dúvida, e hoje não está mais em suas mãos protegendo as conquistas sociais de cidadania, como o emprego, a saúde ea educação.

Nesta situação falar sobre a necessidade de repensar quais são as tarefas a serem assumidos. A este respeito, Fernandez (1999) comenta que "A crise do Estado-providência repensa o papel do Estado, que está cercado por restrições orçamentais e crise de governança ameaçando a sua legitimidade". Além disso, associada à crise, a presença do Estado de bem-estar do colapso dos laços tornou-se um lugar seguro. Tudo isso gerado em grande parte pelo surgimento de novas estruturas supranacionais.

Considera-se que o Estado, através da descentralização que visa acima de tudo é a legitimação:

Redistribuir a educação para proteger a equidade social através da concentração prévia, dependendo do estado, precisamente para evitar a acumulação de educação em pessoas favorecidas pela sorte, o que aconteceria se a educação é deixado às regras do mercado. Cidadania social não pode ser um resultado da interação entre a oferta ea demanda, mas a sociedade educacional, um sistema de educação pública incomum supera o privado como espaço particular (Juan Manuel Fernández, 1999).

Em outras palavras, a legitimidade do Estado por meio da educação encontra seu apoio no estado não dá ao educador.

O estado tem tentado redefinir o seu papel, mas ele tem feito mais frequentemente é um papel dado à comunidade educativa, uma grande agência, que resultou em um processo de descentralização através de fermento social e político dos anos sessenta e início dos anos setenta.

No modelo de descentralização federal é uma tensão entre o governo central que atende em direção sistema de uniformidade e diversidade estabelecida é observada quando a descentralização tenha transferido poder às autoridades locais. No entanto, dentro das comunidades territoriais diferentes possam surgir preocupações entre os membros da sociedade, que vêem os sistemas educacionais diferente diversidade que possam prejudicar, em última análise a livre circulação no mesmo território, e até mesmo no futuro colocar em risco a coesão da nação. O Estado, como garante da igualdade de todos os cidadãos, não pode ficar indiferente às dificuldades sistemas educacionais diferentes manifestos.

Descentralização da educação tem colidiu com a dura realidade da insuficiência de recursos locais. Se os municípios de países latino-se a assumir efetivamente gastos com educação teria que gastar todos os seus orçamentos. Além de seus recursos administrativos que não estão preparados para assumir esta tarefa.

A crise da educação está relacionada com as classes sociais; a crise está começando a aparecer novos requisitos de que o mundo cultural e social imposta pela classe dominante não resolvem problemas, mas em muitos casos complicado porque até agora não há mudanças substanciais e estruturais manifesto porque o modelos organizacionais não têm sido capazes de superar sua pirâmide educacional uma vez que a essência desta organização é a racionalidade na forma de burocracia. Essa racionalidade é o que define a sociedade moderna, que é baseado na crença de que o homem é um absolutamente lógico para ser capaz de trazer à sua conclusão lógica o seu direito de organizar e sistematizar a sua vida, onde os regulamentos razão é clara e burocrática imposta em sistemas sociais e / ou organizacional, a burocracia como a forma mais racional de organização social, onde a ação racional ocorre sob determinadas finalidades (Weber, 1977) com.

Mas no fundo que a racionalidade é de dominar os outros, daí a racionalidade instrumental. Quem exerce o poder pode dominar e impor aos outros o seu modelo de valores e comportamentos. controle social aparece em seguida, porque não foi historicamente aceito diversidade social como base da sociedade humana, mas como uma base da estratificação de poder.

racionalidade burocrática consumir toda a atenção e energia do mundo de funcionários, mas nunca resolve qualquer coisa significativa. Os problemas reaparecem, funcionários após funcionários da educação tentar superar os problemas, mas mantenha intactos os pressupostos dessa racionalidade. racionalidade burocrática só serve para controlar, mas não para o desenvolvimento acadêmico, o desenvolvimento humano muito menos

generalizada. Isso sempre aparece como o status dentro da estrutura social e não como um ser racional que possui vários problemas e necessidades, racionalidade e emoção, com diferentes aspirações e ideais que regem. Considera-se que os países em desenvolvimento têm falhado em suas reformas educacionais porque eles têm sido com a óptica burocrática e populista, a fim de desempenhar um certo status social. A organização piramidal projetado para o sistema é marche disfuncional racionalmente, porque o tempo não resolve os problemas e necessidades educacionais. A burocracia em muitos países é incompatível com o ideal de formação de nações, porque negligencia o potencial do mestre ea reduz a um funcionário que deve aplicar e obedecer a regras e planos previamente desenvolvidos pela elite dominante.

Outra parte do debate sobre a burocracia é a parte que tem a ver com a gestão e distribuição dos recursos humanos, financeiros e materiais continuar a correr com as estruturas tradicionais que promoveram as desigualdades quando estas foram adicionadas nas últimas décadas vários fatores: os efeitos dos programas de ajuste macroeconômico, especialmente durante a crise da década dos anos sessenta, o que resultou em vários países, a intensificação das lacunas de capacidade e integração produtiva como resultado das reformas e atrasos e estratificações educação na nova era da globalização, o conhecimento que supostamente privilegiada como fonte de geração de renda e bem-estar geral. Atualmente, a concorrência global é outro fator que os países subdesenvolvidos, especialmente, que terão um duplo desafio porque internamente eles lutam para se adaptar a sua situação e, por sua vez, devem fazê-lo dentro de um mundo enfrentará em que a formação da concorrência também é globalizada, de modo que a concorrência não será mais entre as instituições de ensino superior de um país, mas será cada vez mais uma "competição global".

Responsável pela implementação de estratégias de descentralização referem a necessidade de chegar a acordos saldos e giram em torno das responsabilidades a serem compartilhadas na organização e gestão do sistema de ensino. Tal é o caso do México, onde o governo central reservou para si a concorrência no desenvolvimento de planos e programas para o ensino básico e normal em toda a República. arranjos de poder são essenciais para o sucesso de qualquer descentralização, e isso é mais eficaz quando é negociada e não imposta; É também importante ter em conta as expectativas da sociedade.

Os promotores de descentralização excessivamente pesar seus benefícios considerando-a como uma panacéia, enquanto muitos consideram irrelevantes ou mesmo negativo. Descentralização enfrenta dois inimigos: o conformismo temeroso suposto

conflitos pragmatismo conservadora, que rejeita qualquer possibilidade de se elevar acima "possível" são não evitou falar sobre eles, e.

descentralização formalizada sem desconcentração cumprir os seus objectivos porque não conseguiu coordenar plenamente as agências educacionais do setor federal. Guevara Niebla (1997) em seu livro *A catástrofe silenciosa* refere-se às medidas de descentralização têm sido largamente parte ilusória. As principais decisões ainda são tomadas no centro do país, com frequente ausência de vontade ou opinião dos estados. Por um lado, os estados não têm controle sobre os recursos financeiros ou o estabelecimento e repartição dos lugares magistrais. Por outro lado, as decisões tomadas segundo critérios políticos têm levado a SEP (Ministério da Educação) a ceder à pressão da União e dar, na ausência de outros benefícios (salário, por exemplo), os endereços de controle estados federais de educação ou seus equivalentes.

O efeito tem sido o de uma descentralização parcial através da união e não a descentralização procurado por meio de autonomias estaduais no campo. Assim, pode surpreender que o Estado e os Conselhos Municipais de Educação têm uma existência quase fantasmagórica em todos os estados em que houve anteriormente uma tradição educativa do estado.

Por outro lado, a maioria das leis estaduais são uma espécie de exemplos "dimensão" da Lei Geral, de modo que nos estados grandes mudanças na ordem estabelecida no nível federal não é gerado, isto é particularmente interessante, especialmente quando eles podem ser identificar as regiões que mostram grandes diferenças entre eles, então eles têm necessidades específicas pulso em um modelo relativamente autônoma na educação, mas não se coloca para não incitar a ira do federal ou poder como uma simples continuação da cultura do "elogio" estrutura central permanente representado pelo Presidente da República, mas jogou para baixo com cada uma das carteiras do gabinete presidencial, neste caso com a figura do secretário de educação. Nos estados, que avançou a educação normal e sector da educação secundária não foi integrado coordenação; A principal limitação do processo de desconcentração foi que quase não há medidas de aproximação entre a estrutura das delegações da SEP e os sistemas estaduais de educação foram dadas.

Significativamente, isso é devido ao programa de desconcentrar e descentralizar a setembro não foi o resultado de um projeto anterior, pois de acordo com os controladores não houve tempo para fazer um projeto técnico, rigoroso e preciso para orientar esta tarefa, mas apenas o troca de opiniões e de experiências sobre a sua marcha através de

funcionários centrais e delegados gerais entidades, como put Reyes Heroics em seu discurso como secretário de expressão educação pública no fórum de consulta do Plano Nacional de Desenvolvimento na cidade de Queretaro, Qro., em 18 de fevereiro de 1983, os notebooks / SEP (1983). Um fragmento diz: "A descentralização que faremos será feita de forma gradual, pensou e pensativo, sem pressa que seria perigoso; mas, no entanto, que vai cometer erros que devem ser clarificadas. Reitero que lei exige errar, mas também permite hit; não é possível testar a descentralização, como vamos tentar, num laboratório ou num tubo de ensaio, nós ensaiamos o fazer e cometer erros. "

Ou seja, ele aprendeu a descentralizar a descentralização, característica de pesquisa, ação inovadora ou de planejamento; foi aprender fazendo e aprendendo progresso.

Assim, na sua aplicação muitos erros foram feitos e, portanto, os resultados foram pobres, e até hoje permanecem: o excesso de burocracia, lentidão dos procedimentos, os desequilíbrios regionais, desigualdades na oferta de oportunidades educacionais, o esquecimento a mais remota cidade, a multiplicação das linhas de autoridade entre os funcionários a nível nacional e estadual, a duplicação de funções e, acima de tudo, a falta de planejamento específica adequada para a organização, a falta de desenvolvimento de planos e programas, má supervisão, estrutura centralismo anárquica e ultrapassada, e excessiva orgânica.

Embora os estados ou governos não são capazes de gerar e gerir as suas próprias leis e recursos para satisfazer as suas necessidades e jogar Aprender fazendo é seguido, existente para problemas de data tendem a agravar-se e não se pode falar de uma verdadeira descentralização. A nível nacional e estadual tem sido o processo de descentralização muito incipiente, apesar de 36 anos do início da desconcentração e descentralização 23. Ele ainda está na fase de desconcentração do ensino básico e normal, porque o ensino secundário e do ensino superior não se enquadram no âmbito dos planos de descentralização.

Com o Acordo Nacional para a Modernização básico deveria estar indo para descentralizar a educação, mas resultou em uma maior centralização; é a redução aberrante de autoridade e a centralização do poder, mais do que a burocracia sindical. Parece que a situação actual da administração não responder, mas a necessidade de poder central para controlar todo o país só federal instrumentos, pela desconfiança de permitir que quaisquer entidades jogo democrático que fazem surgir novos valores, ao contrário do apoio à poder central. Talvez seja apenas o medo de entrar em uma estrutura diferente para cancelar privilégios e avaliar a conduta dos funcionários públicos a partir de uma nova moralidade

social e política, de modo que, enquanto a descentralização não aparecem apenas como um decreto, um mero papel do Estado, uma aplicação de racionalidade e dominação sobre os outros, a descentralização através da união, o seu conceito continuará a ser um bom propósito ou como uma mera simulação e não uma prática real, portanto, continuar com o centralismo estabelece uma estrutura sólida de compromissos e folhetos, que afogar promover o desenvolvimento regional e um enorme desperdício de recursos produtivos.

Metodologia

Esta investigação foi como o início de uma aproximação à realidade através da observação comum, bem como a experiência dos encargos no sistema de ensino, o que permitiu selecionar o problema tema e pesquisa, em seguida, um calendário projetado pesquisa própria (declaração do problema, a delimitação do tema, definição do problema, objetivos, suposições, estrutura teórica, testes de hipóteses) que permitiu o estabelecimento de metas e compromissos de tempo que vai concluir cada uma das atividades, mas, finalmente, tornou-se mais de um guia de procedimentos para atender às datas estipuladas, porque, como progresso foi feito nas razões acima referidas surgiram novas idéias ou informações foram melhorando e enriquecendo ou abordagens de ajuste.

Na recolha das informações verificou-se que a apresentação de informações de censos (1990-2005) tem a mesma estrutura ou apresentação de informações. Para fazer alguns cálculos foi necessário recolher e capturar informações manualmente para processamento porque eles não existem em formato electrónico. Em relação à gestão da informação, que representou o cálculo da eficiência Terminal 1990 alguma dificuldade, uma vez que era necessário capturar concentrados estatísticos dos novos alunos para a primeira série no ciclo 1984-1985 e ciclo de graduados 1989- 1990. Para determinar o nível de escolaridade, foi necessário tomar três volumes diferentes de grau máximo INEGI alcançado pelos habitantes de cada município, representando desenvolver concentrado para atender o nível de escolaridade em cada município; por outro lado, era necessário para padronizar os dados por região e distrito, como o Digepo (Direcção-Geral da População Oaxaca) e INEGI usar a seguinte ordem de região: Canadá, Costa, Istmo, Mixteca, Papaloapan, Serra Norte, Sierra Sul e vales centrais; Enquanto isso, o IEEPO (Instituto Estadual de Educação Pública de Oaxaca), gere o nome em vez de Tuxtepec Papaloapan que varia a ordem alfabética; sobre as teclas de distrito IEEPO Digepo e diferem em apenas 29 distritos e do distrito Mixe concordar.

Finalmente, é importante ressaltar que o momento específico neste estudo não tem regras ou restrições científica, porque não há nenhuma limitação sobre o assunto e também vários autores versado sobre o assunto, como Roberto Hernandez Sampieri (2006), em seu livro Metodologia pesquisa, mencionado apenas na delimitação temporal na pesquisa científica, informação interna e externa deve ser demonstrável. Por sua parte, Raúl Rojas Soriano (1982) em seu livro Guia para a investigação social sobre "delimitação e localização da pesquisa problema e campo" sugere que é necessário determinar o período de estudo, sem especificar o tempo apresentação. Ele acrescentou que a informação de base utilizada neste trabalho é gerado a cada cinco anos pelo INEGI e Digepo.

A data pode ser adicionado a este trabalho é a informação de 2010, embora seja de salientar que a taxa ea extensão da marginalização do referido ano e 2005 são iguais (2,14623732, muito alta qualidade); relação a outras variáveis as alterações são imperceptíveis, de modo ao executar o programa irá produzir o mesmo resultado em 2005 e 2010.

Método de teste de hipóteses

SPSS para Windows versão 20 foi utilizado, envolvendo variáveis para a análise quantitativa de informações: a marginalização, a escolaridade média, nível de educação, eficiência terminal, reprovação, abandono, o analfabetismo, a população total e descentralização para o ano de grau 1990 e 2005, eo coeficiente de correlação e seu significado eo coeficiente de regressão e seu significado é avaliado para determinar se há uma mudança na marginalização dos 570 municípios do estado de Oaxaca, a fim de estabelecer modelos estatísticos para ajustar a equação e obter informação para testar as hipóteses de pesquisa. Esta série de correlações e regressões foram realizadas com análise de regressão (para frente e para trás). O método Enter apresenta em detalhe todas as variáveis independentes para exibir as variáveis selecionadas na equação e as variáveis que estão fora. Os critérios de inclusão ou não as variáveis são definidas pelo usuário. Na análise de regressão passos para a frente (para a frente, por passos), uma variável independente é adicionado ao modelo em cada passo de selecção para inclusão no modelo final. Na análise de regressão passos para trás (remover, para trás, passo a passo), você começa com todas as variáveis consideradas no modelo e, em seguida, possivelmente, uma variável é eliminado em cada etapa. Aqui estão alguns métodos disponíveis para escolher o melhor conjunto de variáveis independentes para o modelo. Este está disponível para SPSS

para Windows programa que permitiu a análise de regressão frente ou para trás. Para este projeto, os métodos foram executados: Enter, Atacante, Remover, para trás e passo a passo, embora seja claro que para testar a hipótese baseia-se centralmente sobre os resultados do Enter e métodos por fases, do B. (Visaeta Vinacua (1997)).

O primeiro método apresenta todos os resultados das variáveis, bem como a explicação da rejeitado e o segundo método mostra as variáveis que são considerados em cada etapa para entrar ou sair do modelo de acordo com critérios pré-especificados (probabilidade de-F -para-insira $\leq 0,05$ e probabilidade de-F-to-remove $= 0,100$). É, portanto, uma combinação forward (critério: probabilidade-de-F-a-entrar para $\leq 0,050$) e Backword (critério: probabilidade-de-F de remover $> 0,100$).

Onde a primeira variável é selecionado como na frente e, se exceder os critérios de entrada é selecionado. Possível entrada do segundo variável no modelo é realizada de acordo com os coeficientes de correlação parcial valores mais absolutos e também com os critérios de PIN ou fim. A diferença dos dois anteriores é que, antes de prosseguir com o segundo passo, os controlos stepwise se a variável de entrada no modelo, no primeiro passo, pode sair da mesma de acordo com os critérios de saída especificada, isto é, de acordo com o AMUO ou o FOUT. Em suma, em etapas sucessivas variáveis são examinados para ver se eles entram no modelo de acordo com os critérios de entrada e de saída dos mesmos de acordo com a saída.

Este é o caminho para evitar que a mesma variável pode entrar e modelo de saída $\ll \gg$ da mesma forma o PIN \langle AMUO e FIN \rangle FOUT. O procedimento termina quando não mais variáveis que entram ou saem do modelo e, teoricamente, o número máximo de passos deve ser o dobro do número de variáveis independentes do modelo.

Modelo matemático para testes de hipóteses

De acordo com a equação apresentou o modelo que relaciona as variáveis variável dependente e independente é construída; considerando a equação acima, a seguinte equação como um modelo matemático é proposto para examinar a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Modelo matemático proposto:

$$Y_i = B_0 + B_1X_1 + B_2X_2 + B_3X_3 + B_4X_4 + B_5X_5 + B_6X_6 + B_7X_7 + B_8X_8 + e_i$$

Onde:

- Y_i = Marginación
 B_p = Valores de las Betas (coeficientes de variables independientes)
 X_1 = Grado Promedio de Escolaridad
 X_2 = Nivel Educativo
 X_3 = Eficiencia Terminal
 X_4 = Reprobación
 X_5 = Deserción
 X_6 = Analfabetismo
 X_7 = Población Total
 X_8 = Descentralización
 e_i = Son errores, de media igual a cero y varianza constante

Conclusões e recomendações

Os resultados da XI Recenseamento Geral da População e Habitação e do Recenseamento Geral da População e Habitação 2005 INEGI, bem como a marginalização informações de Digepo ea natureza educacional da DGPPyP do setembro de 1990 e 2005, eles permitiram determinar e detectar as desigualdades marcados educacional e marginalização, bem como os progressos realizados nos quinze anos em questão.

De acordo com modelos matemáticos obtidos pelo processo operado de regressão múltipla com SPSS versão 20 informações estatísticas de 1990 e 2005 (Anexos 1 e 2), foram obtidos os seguintes modelos:

Modelo de regressão múltipla 1990

$$\begin{aligned}
 Margina = & 1.690 - .442GPE + 1.93 \times 10^{-2} REPROB + 6.919 \times 10 \\
 & - 3 ANALFAB
 \end{aligned}$$

Modelo de regressão múltipla 2005

$$Margina = 1.274 - 0.284GPE + 2.6 \times 10^{-2} REPROB + 2.6 \times 10^{-2} ANALFAB$$

Em modelos mostra que os sinais eram as mesmas que eles foram criados no esquema das hipóteses de pesquisa e operação, sinal negativo para a escolaridade média e grau sinal positivo para as variáveis reprovação e analfabetismo também modelos mostram que tanto em 1990 como em 2005, existem três variáveis de previsão: nível médio de escolaridade, fracasso e analfabetismo. É também de notar que manteve sinais (-, +, +), e seu comportamento como equações lineares são realizadas nos anos em questão; É além desta verificou-se que os graus de explicação têm muito pouca variação, porque, enquanto em 1990 tinha um R² ajustado igual a 77,5% em 2005 encontrou R² igual a 76,2%, por isso conclui-se que estes modelos são equivalentes.

Em relação às variáveis de previsão conclui-se que o nível médio de educação é muito sensível em relação às variáveis: fracasso e analfabetismo, já que uma redução de 10,52% no nível médio de educação, a reprovação diminuiu -29,72%. Enquanto isso, o analfabetismo tem uma variação de 169,22%, o que significa que a menor variação no nível médio de educação, a reprovação analfabetismo diminui e aumenta mais rapidamente.

Em relação aos níveis de marginalização, o nível médio de educação, o analfabetismo e reprovação dos municípios de muito alta e muito baixa marginalização, podemos ver que é verificada explicado na declaração do problema e representado no modelo de gráfico para teste de hipóteses, que o centralismo promove desigualdades educacionais e desenvolvimento económico nas zonas rurais ou retiradas de áreas da cidade de Oaxaca, que tem causado os municípios mais desenvolvidos conseguir alcançar melhores condições, maior nível médio de escolaridade, menos falhas e minúsculas analfabetismo caso contrário acontece com os municípios que não estão perto da cidade ou perto dos pólos de desenvolvimento, uma vez que estes são os mais altos níveis de marginalização, notas mais baixas escolaridade média e as mais altas taxas de insucesso e analfabetismo.

Isso mostra que persiste centralismo e até à data não cumpriu os objectivos de descentralização (desenvolvimento equilibrado entre as regiões, a eliminação das desigualdades, mais democracia, maior participação e avaliação dos programas de governo cidadão).

Isto representa aqueles que gostam de melhores condições de vida, melhoria ou manutenção de sua proximidade com os índices estaduais e nacionais, o oposto ocorreu municípios com as maiores taxas de marginalização, que passou longe de indicadores estaduais e nacionais. É também de notar que os municípios com menores níveis de

marginalização, níveis mais elevados de escolaridade, nível educacional e eficiência do terminal, menor abandono, falência e analfabetismo são uma minoria e são conurbados para as cidades ou muito perto dos pólos de desenvolvimento. Por outro lado, o maior percentual de municípios com maior grau de marginalização, com menor nível médio de educação, nível educacional e eficiência terminal e mais fracasso, abandono e analfabetismo, são rurais e são removidos das cidades ou os pólos de desenvolvimento .

Como descrito acima indica a persistência do centralismo é claro que continua a haver uma concentração excessiva de: população, serviços, recursos, atividades produtivas e infra-estruturas em cidades e áreas rurais, portanto, permanecem abandonados e marginalizados, de modo que eles são eles são os níveis menos desenvolvidas ou mais altos de marginalização.

Isso mostra que, em Oaxaca está longe de encontrar uma satisfações acelerado e benefícios económicos, políticos e sociais para todos os residentes estado aumentar à medida que os avanços e retrocessos são devido a ter mecanismos não estabelecidos diminuiu marginalização intencional, uma vez que está planejando persistir cheio de improvisações, reservas condicionais de poder. Além disso, a educação está longe de gerar capacidades, habilidades, talento, capacidade e conhecimento em todas as pessoas têm a capacidade de gerar mudanças estruturais, económicas, sociais e políticas para o benefício de toda a sociedade.

Conclusão final. Pode ser determinado que o modelo gerado é consistente para o estudo de 15 anos (1990-2005), isso significa que não há evidência empírica suficiente para a hipótese: "Educação descentralização não tem sido uma ferramenta fundamental na redução das desigualdades educacionais e marginalização nos municípios do estado de Oaxaca, devido à persistência do centralismo ". Para reforçar o exposto pode-se afirmar que a proposta acima é reforçada pelo grau de explicação, uma vez que, enquanto em 1990 tinha um R2 ajustado igual a 77,5% para 2005 igual a 76,2% foi encontrada R2 ajustado, o que significou uma diminuiu 1,1%, isso indica que o modelo é válido para este período de cinco anos. Ele também deve considerar que a deterioração dos padrões de vida não é refletido na marginalização. Além disso, a descentralização por si só não pode trazer mudanças no desenvolvimento e marginalização como estes são mais devido a fatores econômicos.

Parece que a administração não responde mais às necessidades do governo central para controlar o país apenas com instrumentos federais, pela desconfiança de permitir que qualquer jogo democrático nas entidades que fazem surgir novos valores, ao contrário do

apoio ao governo central. Talvez seja apenas o medo de entrar em uma estrutura diferente cancelamento de privilégios e analisa a conduta dos funcionários públicos a partir de uma nova moralidade social e política, o que torna o conceito de descentralização só pode ser reduzido a um punhado de bons desejos por governantes, por sua vez. Se você não tomar prática, vamos continuar com o centralismo estabelece uma estrutura sólida de compromissos e presentes pessoais, que sufocam a busca pela igualdade e desenvolvimento mais equilibrado, causando um enorme desperdício de recursos humanos, materiais e financeira.

Portanto, as seguintes recomendações são feitas:

- Redirecionar descentralização com um projeto que indica com precisão a estrutura organizativa, necessárias para impulsionar os recursos, as normas estaduais e as leis necessárias para o seu funcionamento.
- Criar a coordenação do planejamento educacional por distrito e região, com a função específica de pesquisa e planejamento educacional de acordo com as necessidades dos municipal, distrital e regional. A necessidade de criar esses centros decorre do fato de que os programas para as zonas rurais marginalizadas exigem estudos anteriores oportunas de medição para ver seus efeitos, bem como estar perto de problemas e dar soluções alternativas mais rapidamente. Portanto, você deve ter as seguintes características: a) têm permanência institucional para assegurar uma visão estreita e compreensão dos problemas e a correta determinação de ações para reduzir os riscos; b) existe uma concorrência institucional, ou seja, a presença simultânea e permanente de instituições que operam em áreas carentes na mesma localidade, bem como a unificação da sua área geográfica ou o intervalo; c) coordenação e ação intersetorial.
- Estabelecer descentralização no território de cada distrito, especialmente nas áreas mais necessitadas.
- Equipe de aluguer para a sua capacidade de realizar o trabalho e não por compromissos políticos.
- Não cálculos de base baseados despesas operacionais unidade de planejamento educacional na alocação, mas, pelo contrário, fazer uma alocação da redução da marginalização, o analfabetismo, o fracasso e deserção.

- Determinar os projectos de desenvolvimento únicos, evitando clientelismo político, a duplicação de serviços e desperdício de recursos.
- Criar um centro de pesquisa promotor que permite preparar ou formar professores para projetos que explicam claramente os principais problemas da educação, tanto administrativos e acadêmicos (para apostar em novas bases conceituais e metodológicas, redução e cuidados educação) lag.
- Examine cuidadosamente normalista mecanismos de formação de profissionalização dos professores, práticas de supervisão e sistemas para avaliar o funcionamento administrativo e acadêmico, a fim de assegurar a relevância do conteúdo educacional e desvios que tenham sofrido o processo descentralização e definir as principais áreas de autonomia e de decisão, onde estaduais, municipais e locais são expressos.
- Estabelecer um sistema de profissionalização docente que tem prioridade, tanto salários e pesquisa científica.
- Homogeneizar salários em todos os níveis da educação básica (pagamentos iguais para professores do ensino básico), e até o momento não foi demonstrado que o professor primário é menos importante do que a formação de professores secundários, uma vez que tanto trabalho para o mesmo propósito.
- Contratar um grupo de peritos para a realização de um diagnóstico educacional com todo o rigor metodológico e, ao mesmo tempo traçar o plano de desenvolvimento educacional para evitar improvisações.
- Desenvolver um sistema de educação de adultos um importante e sem precedentes de qualidade na história da Oaxaca, para o qual exige que os professores generalizadas concorrência, autoridades educacionais, líderes políticos e organizações sociais para criar as condições políticas institucionais dentro e fora da participar de sistema educacional que a população adulta para trás.
- Pense em bolsas de estudo para os agricultores em áreas marginais, a fim de completar a sua primária, secundária ou para ser alfabetizado.
- Alocar recursos aos municípios para diminuir o analfabetismo diretamente (alocação deve ser feito de acordo com a taxa de analfabetismo).
- Aplicar a lei sobre o Controlo e prestação de contas da Federação, por isso sugere-se que os administradores da educação são auditados não só

financeiramente, mas também para saber se eles se encontraram os objectivos e metas fixados para a educação .

- Projectos de Conduta adequação da estrutura organizacional (escolas, supervisões e chefes do setor) dos níveis primário e secundário, a fim de reduzir o fosso educacional.
- Incluir pela Direcção-Geral da População no estado de Oaxaca, cálculos de marginalização, os indicadores de fracasso e do nível médio de escolaridade.
- Desenvolver pelo Ministério da Educação para calcular a eficiência do terminal instrumento mais confiável, uma vez que é possível que o sistema de ensino em escolas ou municípios têm uma eficiência de 100% ou mais.
- Revisão pelo Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática no cálculo do nível médio de escolaridade, nível não especificado e grau (NE) como subtrair a população com idade entre 15 e converte o resultado em fictícios.
- Contemplando pelo Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática em suas publicações graus concluída em mestrado e doutorado, porque, concentrando-se em uma categoria não calcula com precisão o grau médio de escolaridade e nível de escolaridade.
- Induzir por este mesmo instituto instituições de usar os nomes e os distritos-chave únicas e regiões no estado de Oaxaca.
- Tendo consistência pelo CONAPO e Digepo em seus cálculos de taxas e graus de marginalização.
- Realização pelo governo federal uma avaliação dos objetivos, metas, os regulamentos, o progresso eo impacto da descentralização educativa a nível nacional para reorientar o projeto.

Bibliografía

- Assad, M., y Zicardi, A. (1992). *Descentralización y democracia*. Chile: Colección.
- B., V. (1997). *Análisis Estadístico con SPSS para Windows*. España: McGraw Hill.
- Combs, P. (1971). *La crisis mundial de la educación*. Península Cano España: Ediciones 62.
- Fernández, J. M. (1999). *La crisis del Estado de Bienestar*. Madrid: Acento.
- Fransesc, P. (enero-abril de 1993). Estado y educación en Europa y Estados Unidos: situación actual y tendencias de futuro. (B. D. OEI, Ed.) *Revista Iberoamericana de Educación*.
- Informática, I. N. (1990-2005). Censo general de población. Aguascalientes, México: INEGI.
- Lauglo, J. (1996). *Formas de descentralización y sus implicaciones para la educación*. Barcelona: Pomares Corredor.
- Librado, E. R. (2003). La descentralización educativa en México: la gestión escolar en centros en el Estado Mexicano de Nuevo León. *Tesis Doctoral*. Barcelona, España: <http://docplayer.es/12124618-Universidad-autonoma-de-barcelona-departamento-de-pedagogia-aplicada-doctorado-en-innovacion-y-sistema-educativo-tesis-doctoral.html>.
- Niebla, G. (1997). *La catástrofe silenciosa*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Niebla, G. (1997). *La catástrofe silenciosa*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Ornelas, C. (1998). *La descentralización de la educación y la salud*. Chile: CEPAL.
- Prawda, J. (1985). *México. Teoría y Praxis de la planeación educativa en México*. México: Grijalbo.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., y Lucio, P. B. (2006). *Metodología de la Investigación*. México: McGraw Hill.
- Soriano, R. (1982). *Guía para realizar investigaciones sociales*. México: Universidad Autónoma de México, UNAM.
- Weber, M. (1977). *¿Qué es la burocracia?* Buenos Aires: La Pléyade.

Weiler, S. (1985). *Globalización y descentralización de los sistemas educativos*. Barcelona: Pomares Corredor.

Weiler, S. (1986). *Enfoques comparados en descentralización educativa*. Barcelona: Pomares Corredor.